



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA DA 2ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1 Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, às dezesseis horas, no
2 Salão Oval do Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes – 2º Andar, teve início a 2ª
3 Reunião Plenária do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, sob a Presidência do
4 Ministro Dr. **Sergio Machado Rezende**, com a presença dos seguintes membros: Dos
5 Ministros de Estados: General João Roberto de Oliveira – Ministro Interino do GSI.
6 Representantes de Ministros de Estado: Tereza Campello – Sub-Chefe Adjunta de
7 Articulação e Monitoramento da Casa Civil; Francisco Franco – Secretário Executivo
8 Adjunto do MF; Francelmo Araújo Costa, Chefe de Gabinete Substituto - MP Francelino
9 Grando – Secretário de Tecnologia Industrial do MDIC; Marcelo Bicalho Behar – Chefe
10 Executivo do NAE; Roberto Pinto Martins – Secretário de Telecomunicações do MC;
11 Reinaldo Felipe Nery Guimarães – Secretário da C&T e Insumos Estratégicos do MS;
12 Ronaldo Mota – Secretário de Educação Superior do MEC; embaixador Samuel Pinheiro
13 -MRE Executivo. Dos Conselheiros Titulares: Dr. Eduardo Moacyr Krieger – Diretor da
14 Unidade de Hipertensão do InCor, Dr. Carlos José Pereira de Lucena – Professor Titular
15 do Departamento de Informática – PUC – Rio; Dr. Eugênio Emílio Staub – Presidente da
16 GRADIENTE, Dr. José Ellis Ripper Filho – Presidente da ASGA, Dr. Jorge Gerdau
17 Johannpeter – Presidente do Conselho Administrativo do Grupo GERDAU; Dr. José
18 Galízia Tundisi – Presidente do Instituto Internacional de Ecologia, Dr. Rodrigo Costa da
19 Rocha Loures - Vice – Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, Dr. Marco
20 Antonio Raupp – Presidente da SBPC; Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins – Presidente da
21 ANDIFES e Dr. Silvio Roberto Ramos – Presidente do Fórum Nacional de Secretários
22 Municipais de C&T. Dos Conselheiros Suplentes: Dr. Expedito José de Sá Parente –
23 Presidente da TecBio; Dr. Guilherme Caldas Emirich – Presidente da ABRADI; Dr.
24 Hernan Chaimovich Guralnik – Vice – Presidente da Academia Brasileira de Ciências;
25 Dr. Cláudio de Moura Castro – Presidente do Conselho Consultivo da Faculdade
26 Pitágoras; Dr. Hermann Heinemann Wever- Presidente do Conselho Consultivo da
27 SIEMENS; Dra. Helena Bonciani Nader – Vice – Presidente da SBPC; Dr. Izalci Lucas –
28 Vice – Presidente do CONSECTI; Dr. Antonio Carlos Camacho – Vice-presidente do
29 CONFAP; Dr. Nélío Fleury – Vice-Presidente de Secretários Municipais de C&T. E dos
30 Convidados: Dr. Luiz Antônio Rodrigues Elias – Secretário Executivo do MCT; Dr. Luiz
31 Antônio Barreto de Castro – Secretário da SEPED/MCT; Dr. Luis Fernandes – Presidente
32 da FINEP Dra. Lúcia Mello – Presidenta da CGEE; Dr. Carlos Calmanovich –
33 Representante da presidente Maria Ângela Barros – ANPEI E Dr. Reinaldo Ferraz –
34 Representante do Secretário Guilherme Henrique Pereira – MCT. Deu-se a abertura da
35 reunião pelo Presidente da Reunião Dr. Sergio Machado Rezende. A Pauta proposta
36 definida foi: 1) **Abertura:** Ministro Dr. Sergio Machado Rezende; 2) **PACTI:** Avaliação
37 e Acompanhamento das Ações – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia – Sergio
38 Machado Rezende; 3) **FINEP** – O Nosso Futuro é Hoje – Presidente da FINEP – Luis
39 Fernandes; 4) **Relatos das Comissões do CCT de Acompanhamento do PACTI;** 5)
40 **Outros Assuntos.** Em seguida, o Presidente da reunião, Ministro Rezende
41 cumprimentou a todos os presentes e na sequência justificou a ausência dos Ministros:

Jobim, Dilma Rousseff e Paulo Bernardo. O Ministro Jobim e a Ministra Dilma Rousseff acompanharam o Presidente Lula a São Paulo numa viagem para participar do velório da ex – primeira dama, a senhora Ruth Cardoso, corroborando ainda, que a senhora Ruth Cardoso há três anos foi homenageada nesse Governo com a Ordem do Mérito Científico. Prosseguindo, informou que havia sido acordado com presidente Lula a sua participação na última reunião desse Conselho. Na continuidade, teceu breve comentário acerca dos trabalhos que seriam desenvolvidos nessa reunião. Informou ainda, que seria feito o balanço dos primeiros seis meses de implantação e execução do PACTI e que o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia contava com um calendário regular de reuniões, portanto a 2ª Reunião do CCT tinha como objetivo primordial apreciar os primeiros seis meses de execução do Plano. Informou ainda, que muitos conhecimentos foram adquiridos com a Casa Civil em relação à metodologia de acompanhamento do PACTI, visto que, desde o ano passado a mesma havia planejado e implantado um sistema de acompanhamento do PAC – Plano de Ação de Crescimento, porém, o Plano de Ciência e Tecnologia tem um diferencial dos demais Programas, uma vez que, o CCT é integrado por membros da sociedade, comunidade científica e acadêmica, representante dos reitores, representantes de diversas entidades empresariais, empresários. Logo após, iniciou o relato do 2º Item da pauta: **PACTI: Avaliação e Acompanhamento das Ações**. O senhor Presidente **Sergio Machado Rezende** iniciou o relato do item da pauta, tecendo as considerações sobre a matéria e ilustrando-a com a projeção de quadros, em vários slides, destacando que o mesmo está inserido no conjunto de Planos e políticas que o Governo concebeu, elaborou e anunciou durante o ano passado, sendo que, os principais atores na execução do Plano são os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e a Coordenação da Casa Civil. A principal característica do PACTI é a grande articulação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e seus principais agentes de formulação e de financiamento que são a ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e o BNDS, articulação MCT, FINEP e BNDS. Colocou ainda, sobre as quatro prioridades estratégicas do PACTI, saber: Primeira: a expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Segunda: a promoção da inovação tecnológica nas empresas. Terceira: pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas. Essa estratégia pode ser considerada a mais complexa, porque envolve uma diversidade de áreas de atuação. Quarta ciência: tecnologia para o desenvolvimento social. Informou ainda, sobre os números de metas para 2010 e que as mesmas foram selecionadas em uma meta numérica de percentual do PIB para investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerando a soma do investimento do Setor Público: Governo Federal e Governos Estaduais. Setor privado: atingir meta específica de passar de 0,5% do PIB em 2006 para 0,65%. O PACTI nas quatro prioridades tem 21 linhas de ação, cada uma com vários programas, a primeira tem essas três linhas de ação: consolidação institucional do sistema nacional de ciência e tecnologia, formação de recursos humanos, apoio à infra-estrutura e fomento à pesquisa científica e tecnológica. Em relação às metas prioritárias se faz necessário ampliar e fortalecer a parceria com Estados e Municípios, aumentar o número de bolsa, privilegiando algumas áreas e consolidar os formatos institucionais de apoio à pesquisa. Sobre a promoção da inovação tecnológica nas empresas existem três linhas de ação, a saber: Primeira: consiste em financiar a inovação tecnológica nas empresas com um conjunto de iniciativas. Sobre o assunto, o Ministro Rezende informou que no dia 26 do corrente mês e ano estaria sendo realizado um evento no Ministério da Ciência e Tecnologia com o objetivo de serem anunciadas novas linhas de atuação da FINEP. Sobre a linha de ação 5 informou que a mesma objetiva fornecer apoio tecnológico para as empresas e que no momento esta ação está sendo desenvolvida pelo Sibratec - Sistema Brasileiro de Tecnologia formado por Institutos Tecnológicos, Centros de Pesquisas. A terceira linha de ação é voltada à criação e consolidação de empresa intensivas em tecnologia, desde a incubação das empresas até a sua consolidação. As duas últimas linhas de ação são elas: ação da ciência e tecnologia para o desenvolvimento social com duas linhas diferentes, uma de popularização e melhoria do ensino de ciências e outra de tecnologias para o desenvolvimento social. Na seqüência, expôs sobre alguns dos

resultados alcançados em 2007 e no primeiro semestre de 2008. Sobre os resultados atingidos informou estar otimista devido perceber a mobilização do setor empresarial em torno da questão da inovação, fato que representa como uma boa novidade no cenário brasileiro. No ano de 2007 o orçamento executado correspondeu a 70% da receita dos fundos setoriais e, portanto, ficou uma reserva de contingência de 30%. No ano de 2008 foi possível visualizar uma certa dificuldade na questão orçamentária, contudo, já foi sinalizado de forma positiva pelo Presidente da República, bem como, da área econômica que quando o orçamento foi aprovado pelo Congresso no início deste ano houve um aumento da reserva de contingência de modo a facilitar as emendas parlamentares no orçamento, desta forma, a reserva de contingência faz parte do orçamento do MCT e o recurso pode passar para a parte ativa, ou seja, pode passar do vermelho para o azul apenas com um Decreto Presidencial, portanto, não haverá maiores dificuldades, todavia a maior dificuldade será executar o orçamento aprovado até o presente momento, uma vez que, a máquina estava habituada a tratar com 200, 300, 400 milhões de reais e operar 2 bilhões de reais que são os valores aprovados para esse ano e já aprovado. Desta maneira, será necessário despende um grande esforço por parte de todos os envolvidos no Plano. Na sequência, informou sobre a distribuição de bolsas concedidas pelo CNPq em 2007, distribuição geográfica. Foram distribuídos 150 milhões de reais para 4 mil projetos, entretanto a demanda tinha sido de 750 milhões por 15 mil projetos, deste modo, a demanda tem crescido, os recursos tem crescido numa proporção razoável. Fazendo o uso da palavra, o Senhor Eugênio Emílio Staub fez uma ponderação sobre os reflexos do PACTI apresentados pelo senhor Presidente da Mesa, uma vez que, foi possível a esse Conselho ter uma visão geral e panorâmica e além do mais com profundidade e conteúdo, visto que, nunca tinha apreciado sobre o assunto ciência e tecnologia e agora inovação, tratado com tanta objetividade e com senso empresarial, programas detalhados, projetos, acompanhamento, metas, bem como, com a prestação de contas detalhada. Fazendo o uso da palavra, o senhor **Luis Fernandes** (FINEP) abordou o 3º item da pauta: **FINEP – O Nosso Futuro é Hoje**. O Presidente da FINEP informou que o objetivo da referida apresentação é apresentar as metas preparadas pela FINEP, bem como, as medidas já implantadas, bem como, os desafios da implementação e execução do PACTI. O título dessa apresentação: “O Nosso Futuro é Hoje” é o slogan do processo de planejamento estratégico deflagrado a menos de um mês na FINEP, mas ele não é meramente um slogan, ele retrata o desafio que deverá ser enfrentado atualmente na FINEP. Em seguida, fez um breve relato sobre o tema e ilustrando-a com a projeção de quadros, em vários slides, destacando as evidências do foco gerencial, organizativo, medidas de ação que agilizam a execução dos recursos aportados para ciência, tecnologia e inovação no País através da FINEP, portanto, a apresentação “in loco” seria focada na FINEP e os desafios de implementação do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007/2010. Sobre a distribuição dos recursos previstos no Plano informou que os recursos de 41,2 bilhões, a FINEP com seus instrumentos é responsável por cerca de 1/3 dos investimentos, conseqüentemente, ele opera cerca de 1/3 dos investimentos previsto PACTI, seja via FNDCT, seja via operações de captação para concessão de crédito a empresas para ações de inovação. A missão da FINEP nesse âmbito é promover e financiar a inovação, e a pesquisa científica e tecnológica, empresas, universidades, centros de pesquisa, institutos tecnológicos e demais entidades mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos visando o desenvolvimento econômico e social do País, por conseguinte, a missão institucional dentro do Plano, delimita a missão institucional da FINEP dentro do Plano. A FINEP opera, com três grandes linhas de atuação. Primeira: opera como agência de fomento de ciência, tecnologia e inovação, provendo financiamento não reembolsável para instituições científicas e tecnológicas quer para pesquisa básica, quer para parcerias com aplicação de conhecimento gerado com empresas no mercado. Segunda: a partir da aprovação da Lei de Inovação como agência de fomento à inovação que é o instrumento da subvenção econômica para as empresas, ou seja, financiamento não reembolsável para as empresas com compartilhamento de risco na inovação por parte do Poder Público, portanto, a FINEP é operador dessa linha de ação. Terceira: banco de financiamento da

156 inovação operando crédito, com várias ações de capital de risco constituindo fundo de
157 aval para empresas de base tecnológica. Na continuidade, apresentou a evolução do
158 orçamento da FINEP até 2007, assim como, a previsão do orçamento para 2008, 2009
159 e 2010. Com relação ao orçamento de 2008 mostrou que o orçamento "in loco" já
160 estava embutido no orçamento as correções feitas pós não aprovação da CPMF. Sobre
161 os valores para 2009 e 2010 pontuou a projeção do acordo com a área econômica de
162 eliminar, gradativamente, a reserva de contingência até 2010. Sobre o futuro é hoje, a
163 FINEP passou por um período nos anos 90 em que a sua própria sobrevivência estava
164 em questão, uma vez que, praticamente, com recursos limitados a uma faixa de um
165 pouco mais de 100 milhões de reais para operar via FNDCT de apoio a instituições de
166 ciência e tecnologia e também capacidade de ação de crédito limitada e constrangida,
167 por conseguinte, houve, um renascimento, um ressurgimento da FINEP no final dos
168 anos 90 com a criação dos fundos setoriais e a recuperação da capacidade e
169 investimento do FNDCT. Ao longo do início do século XXI com a nova centralidade e
170 com apoio à inovação a FINEP adquiriram no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia
171 e Inovação novos instrumentos criados. Chamou a atenção dos Conselheiros do CNTC
172 quanto ao diagnóstico feito na época em que então era o Secretário-Executivo do
173 Ministério e ao assumir a presidência da FINEP em parceria com Secretário-Executivo,
174 Luiz Elias fizeram um diagnóstico dos principais problemas a serem enfrentados na
175 agência. E, por fim, expôs alguns problemas estruturais necessários que deverão ser
176 enfrentados de maneira firme e rápida, ampliação e adequação do quadro de
177 funcionários para o novo patamar atingido, garantia regular de fontes de captação para
178 operação de crédito. Passada a palavra aos presentes, o senhor **Jorge Gerdau**
179 (Presidente do Grupo Gerdau) fez um breve comentário acerca do mapa estratégico
180 colocando que um dos temas foi motivo de discussões no Conselho de Desenvolvimento
181 Industrial, em que um dos temas deve-se focar com prioridade nos grandes dilemas
182 existentes em função do desenvolvimento e a capacidade de investimento em pesquisa,
183 sendo assim, esse fato deve ser enquadrado não só dentro do FINEP que é uma
184 agência com suporte estratégico na visão do Ministério de Ciência e Tecnologia. O
185 senhor **Luis Fernandes** (FINEP) referindo-se às considerações feitas pelo senhor
186 **Jorge Gerdau** (Presidente do Grupo Gerdau) esclareceu que a contribuição colocada
187 era um ponto crucial devido à questão fazer parte da integração da FINEP com o
188 Ministério da Ciência e Tecnologia e que a governança dos instrumentos de
189 financiamento era muito complexa, pois o FNDCT, FINEP e a Secretária-Executiva era
190 operado em oito níveis de governança, envolvendo Comitê Gestores dos Fundos,
191 Conselho Diretor, Comitê de Coordenação, portanto, a FINEP era parte integrante do
192 processo e não o formulador dessa agenda. E que no caso da política de
193 desenvolvimento produtivo, o edital nacional da subvenção foi discutido no âmbito da
194 política de desenvolvimento produtivo focado nos três níveis, no nível das ações
195 estratégicas da política do desenvolvimento produtivo, deste modo, a lógica discutida
196 com os parceiros. A FINEP encontra-se aberta e é de interesse da própria ter uma ação
197 pró-ativa nesse terreno. O CGEE, o órgão de inteligência permanente no âmbito do
198 Ministério está disponível para fornecer estudos prospectivos e no âmbito do
199 planejamento estratégico está prevista a apresentação de subsídios organizados pelos
200 diversos parceiros em torno dessas questões. O senhor **Eugênio Emilio Staub**
201 (Presidente da Gradiente) teceu elogios a competência do senhor **Luis Fernandes**
202 (FINEP) e em seguida colocou que dois comentários de conteúdo: Um: sobre a questão
203 importante e relevante levantada pelo Doutor Jorge Gerdau que foi a conquista
204 apresentada na reunião anterior sobre as metas previstas para o PACTI até o ano de
205 2010, portanto foi conquistado um espaço adequado para discutir essas prioridades,
206 porém, acreditava que o Plano de Desenvolvimento Produtivo havia hierarquizado os
207 setores do setor produtivo, deste modo é necessário obter as respostas para os
208 seguintes questionamentos: "quais são as novas tecnologias?" Quais são as áreas em
209 que há necessidade de investir? Dois: "Qual é a preocupação?" Existe uma
210 preocupação, no entanto, a mesma precisa ser aperfeiçoada e está ligada diretamente
211 com o poder de compra Estado para desenvolver tecnologia e produção nacional em
212 empresas nacionais e pesquisa nos centros de pesquisas nacionais. Existem dois

Ministérios Sociais com recursos suficientes para fazer um grande programa, usando a capacidade de compra do Estado, do desenvolvimento de tecnologias novas, de produtos novos, de produção nacional, tanto de equipamento como de material de consumo, são eles: o Ministério da Educação e da Saúde. O Ministério da Saúde poderia estar abarcando a questão dos fármacos nacionais, bem como, subsidiar oportunidade para a indústria eletrônica e resolver problema social da saúde que é enorme. O Ministro Rezende agradeceu a contribuição do Conselheiro **Eugênio Emilio Staub** (Presidente da Gradiente) enfatizando que os temas eram apaixonantes, contudo, fazia-se necessário oportunizar aos 4 relatores a exporem os relatos das Comissões que estiveram reunidas no período matutino. Em seguida o **Presidente da Mesa**, solicitou ao senhor **Reinaldo Guimarães** (Representante do MS) que fizesse o relato de sua Comissão. Fazendo uso da palavra, o senhor **Reinaldo Guimarães** (Representante do MS) corroborou sobre a nota por ocasião do lançamento do PDP pelo Presidente da República e pelo Ministro Miguel Jorge. O Presidente Lula assinou um decreto criando o grupo executivo do complexo industrial da saúde, o GX que é um grupo governamental aonde há representação de Saúde, Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, Planejamento, Fazenda, Casa Civil e Relações Exteriores, além, da FINEP, ANVISA, ABDI, INEP, INPI e Fiocruz cujo foco é reexaminar todo o marco regulatório seja metrológico, de propriedade industrial, sanitário, de desoneração, incidência de tributos, pré-qualificação de empresas, ou seja, um conjunto muito grande de normas no sentido de potencializar este poder de compra. O GX contará com um COMITÊ assessor, consultivo de representação da sociedade aonde todas as entidades representativas das indústrias da saúde terão assento para poder haver uma porosidade, um diálogo entre governo e empresas nessa área. Logo após, o Ministro **Rezende** convidou o senhor **Luiz Antônio Rodrigues Elias** (SEEXEC/MCT) para proceder ao relato de sua Comissão. O senhor **Luiz Antônio Rodrigues Elias** (SEEXEC/MCT) iniciou o relato corroborando com o Dr. **Staub** (Presidente da Gradiente) sobre a nota no poder de compra, colocando que o Governo Federal editou em parceria com o Ministério da Saúde, Ciência e Tecnologia, Planejamento e MDIC uma portaria específica para poder de compra na área de fármacos, sendo que a idéia intencional é que se trabalhe pela via também do poder de compra com a Petrobrás no instrumento que está sendo feito e executado com a Nuclep. A Nuclep será revitalizada a partir do poder de compra, do exercício de poder de comprar que a Petrobrás poderá fazer induzindo um procedimento de equipamentos que sejam úteis para a Petrobrás e que, certamente, terá impacto na cadeia produtiva brasileira. Na continuação, informou que na reunião da Comissão havia sido acordado que a partir da integração com a Petrobrás e da visão de integração das políticas os membros da Comissão haviam sido agrupados dentro das 4 prioridades apresentadas pelo Ministro Rezende. Prioridade 1: voltada para a questão da consolidação do sistema. Prioridade 2: voltada para promoção da inovação tecnológica nas empresas. Prioridade 3: voltada em áreas estratégicas. Prioridade 4: voltada para inclusão social, ou seja, a parte de desenvolvimento social. A partir desta consolidação estabeleceram-se mudanças com uma metodologia de trabalhar de maneira geral os procedimentos de acompanhamento do Plano. Cada um dos grupos se organizou livremente a partir de um movimento inicial da disponibilidade de cada um dos conselheiros, os quais apresentaram os nomes para participar de cada um dos grupos de trabalho. Foi eleito um coordenador e este coordenador será integrante da Comissão de Coordenação que envolve a Secretaria-Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Representante da Casa Civil e os quatro coordenadores de cada uma das Comissões, ou seja, um elemento de cada Comissão. Nessa fase o MCT estará dando um avanço novo no sentido de trabalhar o processo de acompanhamento, consolidação e avaliação das metas estabelecidas no Plano de Ciência e Tecnologia, assim como, na interação necessária com os diversos planos, quer seja da educação, da saúde, na área do PDP voltado com o BNDES e o Ministério da Indústria e Comércio. Portanto, a visão central foi mudar a forma de acompanhamento objetivando a interação decisiva com os atores envolvidos na ponta do processo de inovação. Foram eleitos quatro coordenadores, a saber: Eixo 1 – eixo de consolidação de sistema, o Dr. **Amaro Henrique Pessoa Lins** (ANDIFES); Eixo 2: o

Dr. **Marco Antonio Raupp** (Presidente as SBPC) e o Dr. **Rodrigo Costa da Rocha** (FIEPR); Eixo 3: o Dr. **Eduardo Moacyr Krieger** (InCor); Eixo 4: o Dr. **Silvio Roberto Ramos** (Fórum Municipal de Secretários Estaduais). Em seguida informou que cada coordenador faria uma breve apresentação sobre os resultados verificados a partir desse grupo de trabalho. Informou ainda, sobre os facilitadores e que os mesmos possuíam um grande conhecimento do PACTI. Serão realizadas reuniões bimestrais permanentes que poderão ser convocadas diretamente pelos coordenadores ou via Secretária-Executiva com a finalidade de atender a convidados que poderão estar juntos quer seja o Sebrae, BNDES, Ministério da Educação, porque são atores que se envolveram diretamente nessa questão da consolidação do sistema e que poderão ter um avanço significativo no processo de acompanhamento, e avaliação do PACTI. Em seguida, convidou o Dr. **Amaro Henrique Pessoa Lins** (ANDIFES) para apresentação da prioridade 1. Ato seguido, pelo Dr. **Amaro Henrique Pessoa Lins** (ANDIFES) explanou que a Comissão de Acompanhamento, Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação com base no relatório fornecido e com as informações dos representantes de FINEP e CNPq presentes nessa discussão foi possível concluir fatos importantes. Primeiro: em relação à consolidação institucional do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação foram considerados passos significativos na direção da consolidação institucional a partir da definição de um marco regulatório adequado que permitiu uma melhor compreensão e operacionalização do sistema. Entretanto, observou-se que ainda é necessário dar continuidade a esse esforço no sentido de dar maior agilidade e flexibilidade na execução do Plano Nacional. A legislação vigente constituída de diversos instrumentos como a Lei 8.666, legislação sobre funcionamento das fundações de apoio dos Estados e das universidades, sobre a propriedade intelectual, elas precisam de uma revisão urgente para adequar os instrumentos ao novo quadro de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação do País. Por esse motivo, a FINEP poderia colocar dentro dos grupos temáticos essa questão. Em relação à ampliação e consolidação da cooperação internacional, deste modo, a Comissão entendeu ser um tema extremamente importante, uma vez que, o tratamento e acompanhamento internacional é transversal presente nas quatro comissões temáticas do CCT. Deste modo, é possível enfatizar o tratamento do tema em cada das áreas específicas ou como já está prevista na portaria do MCT que possa também criar uma comissão específica para acompanhar o seu desenvolvimento. Na questão de formação de recursos humanos com os dados, informações e as correções foram apresentadas pelo o Ministro Rezende, o qual chamou a atenção para o caso das bolsas, que parte das bolsas previstas para 2007 estão sendo implementadas em 2008. O grupo constatou que as metas, inicialmente, definidas foram atingidas no período, portanto, se faz necessário enfatizar que a incrementação das bolsas para as áreas estratégicas definidas no Plano, bem como crescimento através dos editais universais que deve se dar continuidade com alguns ajustes dentro da própria dinâmica. Em relação à infra-estrutura e fomento da pesquisa científica e tecnológica ressaltou o grande incremento nos recursos disponíveis para ciência, tecnologia e inovação propiciando condições para montagem de uma infra-estrutura de pesquisa nas universidades, institutos e centros de pesquisa. Colocou ainda, da necessidade de garantir a estabilidade de financiamento para permitir o planejamento de longo prazo. Informou ainda, que foi abordado na reunião da Comissão a respeito da ampliação e do aperfeiçoamento dos centros nacionais de processamento de autodesempenho importante e necessário para a expansão do sistema como um todo. Em seguida, frisou da necessidade das reuniões da Comissão serem realizadas com mais frequências, a fim de poder dar continuidade no processo de excelência do PACTI. Na sequência, **Luiz Antônio Rodrigues Elias** (SE/MCT) informou que o conjunto de prioridade 2 foi coordenado pelos doutores: **Marco Antonio Raupp** (Presidente as SBPC) e **Rodrigo Costa da Rocha Loures** (FIEPER). Dr. **Marco Antonio Raupp** (Presidente as SBPC) abordou a prioridade 2, mas antes esclareceu o seguinte: a SBPC têm dois representantes nesse Conselho e que estaria fazendo o relato em nome do Dr. **Rodrigo Costa da Rocha Loures** (FIEPER) coordenador do grupo, mas que em função de compromissos assumidos não foi possível estar presente nessa reunião para assim

relatar as medidas estabelecidas para a prioridade 2. Logo após, iniciou o relato observando que o grupo teve como referência em sua reunião o relatório das atividades, mas também havia contado com a participação de facilitadores e articuladores que contribuíram muito para geração de informações na reunião da Comissão. A Representante da FINEP, a Dra. Maria Aparecida Stallivieri descreveu os vários programas da FINEP que interessavam ao grupo, o Dr. Reinaldo Guimarães descreveu todos, oportunizando ao grupo o conhecimento das importantes iniciativas ocorridas no Ministério da Saúde, especialmente, os pontos comentados nessa 2ª Reunião do CNTC e, por conseguinte, orientam a atividade do Ministério da Saúde com destaque especial para a questão de compras de Governo. Em seguida, listou uma série de idéias que foram geradas na reunião, as quais serão apreciadas em reuniões a posteriori. Com relação aos programas da Pró-Inovação, foi destacada a necessidade de articulação altamente positiva, iniciativa da Pró-Inova, mas existe também uma iniciativa nacional de inovação lançada em reuniões organizada pela CNI no dia 16 que é uma iniciativa do setor privado da CNI para mobilização do setor privado na questão de Inovação. Analisando os dados dos últimos editais se verificou que os recursos disponibilizados ofertados não foram totalmente utilizados, as empresas por algumas razões não tiveram projetos classificados que pudessem permitir a utilização de todos esses recursos. Na análise feita pelo grupo esses dois aspectos: o lado da capacitação das empresas, especialmente, pequenas e médias empresas para fazerem projetos dentro dos requerimentos técnicos necessários para entrar e serem competitivos sugeriu-se a necessidade de ter mecanismos de trabalhar demanda de orientação dessas pequenas e médias empresas. Esses mecanismos podem ser os mais variados, foi sugerido pelo FINEP que as instituições empresariais podem divulgar os custos de capacitação das empresas. Na questão dos mecanismos de PACS tecnológico foi abordado que fosse feita à estimulação da integração para assim, desenvolver programas que possam auxiliar as empresas a prepararem melhor tecnicamente essas propostas, uma vez que, as empresas estando capacitadas, as pequenas e médias empresas, se consideram necessária a ampliação dos recursos da FINEP nesse setor, tendo em vista, que o programa de desenvolvimento produtivo prevê um crescimento de investimentos na inovação de 30% que a FINEP também deverá ter mais recursos. A outra questão apontada é rever o piso para essas empresas pequenas de 1 milhão de reais, há um entendimento que poderia ser elevado. Fazendo o uso da palavra, o Dr. **Eduardo Moacyr Krieger** (InCor) apresentou em linhas gerais a prioridade 3 colocando que eram treze áreas, cada uma com sua complexidade específica: Amazônia, semi-árido, espacial, nuclear, agronegócio, biocombustíveis, em suma, cada uma dessas áreas implica numa programação com cronograma e envolvimento de múltiplos atores, especialmente para os Ministérios e que demanda ainda tempo para que o grupo tenha toda essa estrutura e se faça, realmente uma análise adequada, sendo assim, a Comissão passou horas organizando e debatendo objetivando encontrar caminhos efetivos no sentido de análise, avaliação do desempenho dessas áreas. Em seguida, o relator procedeu a leitura das ações consensuadas no grupo de trabalho, a saber: áreas em biotecnologia, tecnologia da informação, saúde, biocombustíveis, passagem nuclear; metodologia a ser empregada para o acompanhamento e a avaliação das treze áreas consideradas estratégicas. Consenso: *"o essencial é ter um sistema organizado para fornecer informações qualificadas que valorizem os aspectos de articulação e agregação das políticas definidas para cada área e que nortearão o desenvolvimento de suas ações"*. Recomendação: o Comitê Gestor deverá solicitar ao MCT medidas para organizar as informações e que as mesmas, estejam à disposição da Comissão para que na próxima reunião de setembro possa ser apresentado um relatório substancial sobre o desempenho das áreas com sugestões para aprimoramento de atividades quando julgadas convenientes. Terceiro item: consenso na Comissão sobre inaugurar uma nova fase altamente auspiciosa, com funcionamento efetivo do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Sobre a matéria exposta, foi sugerido que na questão da visualização das informações fosse criado gráfico inteligente que permitam a comparação do progresso relativa entre as áreas e a sua inter-relação. Sobre a sugestão, o Dr. **Luiz Antônio Rodrigues Elias** (SE/MCT)

confirmou a existência de um programa de acompanhamento e procedimento do Plano, sendo o mesmo baseado nos moldes que o Ministério da Educação está consolidando para o acompanhamento do Plano “Mais Educação”. Informou ainda, que a idéia central é que nas próximas reuniões, inclusive, das comissões seja feita uma apresentação exaustiva, inclusive, com gerentes por cada uma das metas, questões das linhas, programas, bem como, os resultados alcançados em cada um dos procedimentos. Prosseguindo com os trabalhos, o senhor **Silvio Roberto Ramos** (Presidente do Fórum Nacional de Secretários Municipais de C&T) colocou que a avaliação do seu grupo não diferia da avaliação do grupo 3, porque a certeza do mérito do PACTI depois do seu período de lançamento era do conhecimento de todos, assim como, o esforço que está sendo dado pelo Governo, e pelos membros desse plano nacional no sentido de buscar todo o empenho de fazer com que, efetivamente, aconteça o que está proposto, deste modo, o acerto e avaliação é uma honra para o grupo em poder participar desse Fórum e no formato que foi apresentado até então, portanto, é enriquecedor poder estar a par e poder acompanhar passa a passo todo o desdobramento do PACTI. O primeiro item colocado em sua Comissão foi de que seja feito um esforço no sentido de adensar a Comissão levando em consideração o número grande de conselheiros que compõem o CCT e que seus membros possam deslocar-se voluntariamente, porém com algum grau de convencimento e assim ter mais conteúdo e mais análise de forma adensar essa Comissão que atualmente conta com apenas cinco representantes: CNI, Mapa, Fórum dos Secretários Municipais, Consecti, ASGA. A outra questão colocada pela Comissão é a necessidade de que outros membros do Governo que têm temas similares ou transversais a essa questão social possam participar, não na qualidade de conselheiros, mas de convidados pela Secretaria-Executiva, pelo MCT com a finalidade de que eles possam estar também buscando a integração e a transversalidade desse desafio que está sendo colocado nessa prioridade. Foi sugerida ainda, a inclusão dos Ministérios da Educação, e da Saúde, a Presidência da República representada pela Secretaria da Juventude e da Secretaria de Inclusão Digital, bem como, o envio prévio do conjunto de informações para que o grupo possa processar e aprofundar essa análise e assim, chegar nas reuniões tendo formas concretas e possibilidades de uma contribuição eficaz. Dentro das proposições foi solicitada a oportunidade de ter momentos precedentes objetivando que o grupo possa debruçar-se com profundidade e assim, trazer para a reunião desse Conselho uma síntese daquilo que foi amplamente debatido a partir das informações disponibilizadas. Em seguida, o relator fez outras duas observações e sugestões, por ser uma área, uma prioridade relativamente nova dentro do Governo se faz necessário que a sociedade se aproprie dessa prioridade estratégica, portanto, é imprescindível ter alguns mecanismos de financiamento que permita a perenidade de um programa que não se encerre em 2010, ou seja, instrumentos, mecanismos institucionalizados que permitam a continuidade e o seu avanço, pata tanto urge ter outros espaços para o processo de adequação dos instrumentos para que possa haver a redução da burocracia e agilidade na operação desse gigantesco desafio que é fazer com que esse plano, como um todo, possa acontecer. Em relação aos municípios e, Estados não são diferentes, uma vez que, está sendo enxergado e observado o tempo entre a decisão, entre o planejamento, a decisão e a efetiva execução das políticas públicas oriundos desse plano. O Dr. **Cláudio Moura Castro** (Presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras) questionou se as agências representadas nesse Conselho financiam um colosso de pesquisa que iluminam as questões sociais, algumas extremamente sérias, pois não conseguia visualizar nenhum fórum, nenhum local onde essa questão seja vista pelo lado da demanda. Quais os problemas da área social que estão desatendidos do ponto de vista de pesquisa? Na continuação, o Dr. **José Ellis Ripper Filho** (Presidente da ASGA) afirmou que essa experiência está sendo para ele um acontecimento extremamente motivadora mesmo tendo a sensação dos fatos estarem dispersos, contudo essa sensação deu lugar ao alívio quando foi sugerido que as reuniões acontecesse durante o dia todo daqui a dois meses e não mais três, conforme determinação do calendário de reuniões. Essa decisão foi bem-vinda uma vez que, propiciaria o adensamento da Comissão e recebimento das informações com a finalidade de acompanhar as metas, as informações, visto que, a

missão dos integrantes desse Conselho vai muito além de acompanhar o Plano. A primeira meta a ser estabelecida pela Comissão é a de fomentar o Plano e para tanto é indispensável fornecer feedback sobre as metas que estão sendo cumpridas tais e tais metas estão sendo cumpridas trazendo, inclusive, contribuição para o aperfeiçoamento do PACTI. Ato seguido, pelo Dr. **Jorge Gerdau** (Presidente do Grupo Gerdau) referindo-se às falas anteriores complementou ser imprescindível apreciar o cenário do Brasil como macro desafio para maior sustentabilidade no desenvolvimento social pelas próprias contingências do processo, portanto, a criação dessa Comissão tem como objetivo dar um olhar para o tema, sob uma visão de ciência e tecnologia. Na sequência, o Dr. Expedito José de Sá Parente (Presidente da TecBio) corroborou sobre a sua participação como convidado em uma fase de um programa nos Estados Unidos na elaboração do Programa de biocombustível e detectou toda uma estrutura diferenciada em relação ao PACTI, pois a diferença é visível, uma vez que, o PACTI tinha um coração devido ao empenho dos seus idealizadores. Na época o relator fez uma análise crítica de reflexão sobre os índices que medem o desenvolvimento econômico de mundo. Na realidade, o PIB Produto Interno Bruto que mede o desenvolvimento econômico é um número escalar extremamente frio, não tem coração, social, ambiental. No PIB 1 bilhão de dólares de armas vale 1 bilhão de dólares de remédios, de alimentos, vale ainda, 1 bilhão de dólares de plásticos, de embalagens. Portanto, é um número escalar, é uma economia escalar estagnada, uma economia que, de certa forma, toda a crise vivenciada atualmente está estampada na falta de qualidade do ser humano em tudo. Retomando a palavra, o Sr. Presidente Ministro **Sergio Machado Rezende** teceu breve comentário acerca das colocações feitas fazendo uma retrospectiva de como eram as ações de MCT no passado enfocando o MCT atual e do futuro, pois hoje em dia as ações do MCT estão voltadas para as empresas, desde o início da atuação da FINEP. No final dos anos 90, mais precisamente 2000 e 2001 a FINEP começou a ter novos instrumentos para empresas de base tecnológica, incubadoras de empresa. O seu papel foi sendo aperfeiçoado com a Lei da Inovação, com a subvenção econômica, mas a grande novidade do Ministério foi exatamente nos últimos anos, visto que, o mesmo começou a ter ações, programas voltados para uma parcela maior da população que está fora do ambiente acadêmico e fora do sistema empresarial Então eu quero dizer que eu concordo inteiramente com as colocações de vocês. Sobre a prioridade 3 do Plano colocou que ainda o acha superficial em determinadas áreas, enquanto que a prioridade 4 opinou considerá-lo como o mais fraco deles, e em grande parte porque o Ministério não tem na sua estrutura, a tradição de técnicos para trabalhar nessa área. Então, o plano foi feito com base nos programas existentes, certamente, estão faltando idéias de programas, de avaliação, de concepção que possam fazer com que o MCT com as suas agências tenha uma atuação mais abrangente nessa área. Em seguida, dirigiu-se ao conselheiro Ripper (Presidente da ASGA) e solicitou que ele esclarecesse melhor a questão da reunião daqui a dois meses. O Dr. **JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO** (Presidente da ASGA) esclareceu que a idéia da reunião daqui a dois meses era Comissão em que ele era integrante, pois foi consensuado que a referida reunião teria dois focos, a primeira já com esse adensamento trazendo outros representantes para que a Comissão possa trabalhar em parceria com outros agentes envolvidos na questão do Plano. Feitos os esclarecimentos, o Sr. Presidente indagou se alguém mais gostaria de fazer uso da palavra, o Dr. **REINALDO FELIPPE NERY GUIMARÃES** (Secretário de C&T e Insumos Estratégicos do MS) informou ter três comentários. Um: o desafio lançado pelo professor **Ripper** estava acatado, depois da reunião no período da manhã havia ido conversar no Ministério para saber quem é que poderia estar compondo nessa Comissão de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social da área social. Dois: informou ao Ministro Sergio Rezende que há duas maneiras de colocar a questão do social na ciência e tecnologia. Uma é reforçar as estruturas do Ministério da Ciência e Tecnologia voltadas para este campo, à outra é que os Ministérios da área social os desenvolvam. Três: declaração afetiva à apresentação do senhor Luis Fernandes. Na sequência, o senhor Hernan Chaimovich (Vice-Presidente da ABC) corroborou sobre o ponto de vista internacional nessa discussão, a saber: o ICSU é uma organização que tem quase cem anos. O nome inicial da ICSU era International Council for Scientific Unions, depois

passou a ser, até uns sete anos atrás International Council for Science e só nos últimos sete anos ICSU é International Council for Science, mas em baixo diz: science for the benefit of your manage. Portanto, a discussão "in loco" é uma discussão feliz na medida que incorpora uma mudança extremamente lenta na ciência. Logo após, o senhor **Diogo Oliveira** (Representante do MF) apresentou o pedido de desculpas do Ministro Mantega que por razões de ordem interna não pôde comparecer, mas solicitou a palavra na esperança que o Ministério da Fazenda deposite de que o investimento nessa área possa levar a economia para um patamar de crescimento sustentável e elevado. Comentou ainda, sobre questão do uso da palavra subvenção econômica porque, o referido termo econômica deriva do jargão orçamentez e da classificação dos grupos de natureza de despesa e da organização da funcional programática, porém isso é restrito ao ambiente do orçamento. Na continuidade, o Senhor Embaixador **Samuel Pinheiro** (MRE) fez uma breve reflexão a questão do desenvolvimento econômico que depende, decisivamente, da introdução de inovações tecnológicas. O desenvolvimento econômico é competitivo em nível internacional. O Ministério das Relações Exteriores encontra-se pronto a contribuir para o esforço e o desenvolvimento dos programas de ciência e tecnologia. Recentemente, o Ministro Celso Amorim determinou a criação de uma Secretaria específica, elevando o nível do tratamento desses temas criando uma secretaria específica para a tecnologia avançada. Em seguida, o Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins (**Presidente da ANDIFES**) chamou a atenção para pontuar sobre a questão da legislação, pois todo o planejamento pode ficar comprometido se não forem agilizadas as mudanças na legislação. As universidades federais passam por um momento crítico devido as dificuldades na execução dos planejamentos por conta da legislação amarrada, fato que repercute principalmente, na área de pesquisa. As relações de convênios e projetos com diversos órgãos do Ministério e outras empresas estatais, estão atravessando uma crise gravíssima, portanto, seria viável ter uma comissão interministerial e ter a participação das instituições para tratar dessa questão com a urgência necessária. O senhor Ministro Sergio Machado Rezende agradeceu o Dr. Amaro informando-o que estaria aceitando a proposta da ANDIFES na direção pontuada por ele. Em seguida solicitou aos respectivos Coordenadores da Comissão para acertar com a Secretária-Executiva datas e formatos das próximas reuniões. Logo após, convidou a todos para a 3ª Reunião do CCT prevista para o dia 17 de setembro do corrente ano. Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da reunião, o Sr. Ministro Dr. Sergio Machado Rezende agradeceu a presença de todos, e deu a reunião por encerrada.

Ministro Sergio Machado Rezende
Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia